

DESIIS no RECURSO ESPECIAL Nº 1.722.135 - SC (2018/0016243-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
REQUERENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
REQUERIDO : MALVIR BOLZANI
ADVOGADO : OLIR MARINO SAVARIS E OUTRO(S) - SC007514
INTERES. : SL DE COSTA, SAVARIS E ADVOGADOS ASSOCIADOS

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com base na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 121/122):

PREVIDENCIÁRIO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO. JUROS DE MORA. PERÍODO. ENTRE A DATA DA ELABORAÇÃO DA CONTA E DATA-LIMITE PARA INCLUSÃO DO PRECATÓRIO NO ORÇAMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. BLOQUEIO DE VALORES.

1. Entendimento consolidado da Terceira Seção desta Corte Regional no sentido de que são devidos os juros de mora no período compreendido entre a data da elaboração da conta e a da inscrição do precatório ou da requisição de pequeno valor no orçamento, excluída sua incidência apenas entre a data da expedição e a do efetivo pagamento (na esteira de precedente do STF - RE 591.085/MS).

2. Quanto ao índice de correção monetária, até a requisição do pagamento deverá ser utilizado o critério, definido na sentença. Sendo omissa o índice oficial, aplica-se o IPCA-E. No *iter* constitucional (entre a requisição e o pagamento no prazo da Constituição Federal), igualmente o IPCA-E, razão pela qual poderão sobrevir eventuais diferenças a título de correção, monetária dos precatórios pagos, lembrando que a atualização em si já é procedimento adotado em todas as requisições pagas.

3. Considerando a, exigência do §1º do mesmo dispositivo constitucional (art. 100) e das Leis de Diretrizes Orçamentárias (como, por exemplo, o art. 26 da Lei n.º 11.768/2008), de trânsito em julgado da decisão exequenda para expedição do requisitório, justifica-se o bloqueio dos valores controversos até que sobre esta questão não caiba mais recurso (TRF4, EINF n.º 2009.72.99.002478-5, Terceira Seção, Relator Des. Federal Ricardo Teixeira dó Valle Pereira, D.E. 17/05/2010; TRF4 AG n.º 2009.04.00.031023-5, Quinta Turma, Relator Des. Federal Fernando Quadros da Silva, D.E. 01/12/2009).

O recorrente, às e-STJ, fls. 233-235, apresenta pedido de desistência do recurso em decorrência da execução do Programa Resposta Imediata em Ações Previdenciárias 2019 (PRIAP 2019).

Superior Tribunal de Justiça

Tendo em vista que o ato independe da anuência da parte contrária, conforme o disposto no art. 998 do CPC/2015, homologo o pleito, nos termos do art. 34, IX, do RISTJ.

Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos ao Tribunal de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro

